

CIDADE CONTEMPORÂNEA, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DAS PREEXISTÊNCIAS CULTURAIS

*CONTEMPORARY CITY, MEMORY AND HERITAGE PRESERVATION:
AN INTERPRETATION FROM THE CULTURAL PREEXISTENCES |
CIUDAD CONTEMPORÁNEA, MEMORIA Y PRESERVACIÓN PATRIMONIAL:
UNA INTERPRETACIÓN DESDE LAS PREEXISTENCIAS CULTURALES*

ROBERTA KRAHE EDELWEISS

RESUMO

A estrutura urbana se refaz no tempo. Entre permanências e rupturas estão expressos valores de memória resultantes do diálogo entre todos os agentes presentes nos processos decisórios urbanos. A relevância dos valores de memória coletiva é essencial para a instrumentalização da preservação patrimonial. O artigo apresenta uma aproximação teórica ao patrimônio cultural edificado, interpreta a cidade a partir dos fatos urbanos, ressalta a importância das dimensões histórica e social como construtores da cidade e reflete acerca das iniciativas contemporâneas em prol da preservação patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade contemporânea. Memória. Preexistências culturais. Preservação patrimonial.

ABSTRACT

The urban structure renews itself over time. Memory values are expressed among continuities and ruptures, which result from the dialogue between all the agents present in urban decision-making processes. The relevance of collective memory values is essential for the maintenance of heritage preservation. The paper presents a theoretical approach of the built cultural heritage, interpreting the city from urban facts, emphasizing the importance of the historical and social dimensions as builders of the city and reflecting on contemporary initiatives for heritage preservation.

KEYWORDS: Contemporary city. Memory. Heritage preservation. Cultural preexistence.

RESUMEN

La estructura urbana se renueva en el tiempo. Entre continuidades y rupturas se expresan valores de memoria, como resultado de un diálogo entre todos los agentes presentes en la toma de decisiones urbana. La relevancia de los valores de la memoria colectiva es esencial para la instrumentalización de la preservación del patrimonio. El artículo

presenta una aproximación teórica al patrimonio cultural construido, interpretando la ciudad desde los hechos urbanos, resaltando la importancia de las dimensiones histórica y social como constructores de la ciudad y reflejando las iniciativas contemporáneas para la preservación del patrimonio.

PALABRAS-CLAVE: Ciudad contemporánea. Memoria. Preservación patrimonial. Preexistencias culturales.

INTRODUÇÃO

Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica contente, feliz e se lembra das coisas esquecidas, de coisas que nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós.... (COSTA, 1995, p.15)

O trecho de *Documentação Necessária* de Lucio Costa, elaborado primeiramente em 1929 para Manuel Bandeira na ocasião da edição comemorativa do *Jornal Mineiro* e, logo após, em 1938, publicado por Gylberto Freire em Casa Grande e Senzala, apresenta uma reflexão acerca do exercício de memória e reconhecimento a partir de elementos construídos no espaço urbano. A citação supracitada ilustra a motivação deste artigo no intuito de compreender filosoficamente a relação entre sociedade e patrimônio, partindo do reconhecimento e finalmente culminando no gesto da preservação.

A cidade em que habitamos atua como um cenário onde está expressa a marca de sucessivos tempos sobrepostos. O ato de habitar a cidade, em sua complexidade, conforme estabelecido por Heidegger (1994), compreende a transformação de lugar em espaço, atribuindo-lhe significado. O habitar, portanto, pode ser entendido como um ato sensível de memória, onde o habitante é capaz de estabelecer relações entre os elementos postos em diálogo em diferentes cenários urbanos a partir de fragmentos de memória, seja por relatos presentes na memória coletiva transmitida de geração em geração, seja pelo patrimônio edificado. Este, por sua vez, carrega em si a memória de acontecimentos passados em um determinado contexto e contribui para a construção coletiva da memória do lugar a partir de uma complexa interpretação indissociada entre o tangível e o intangível. O patrimônio cultural, em sua complexidade e constante construção do lugar, é passível de significado para as pessoas que nele habitam e tem uma dinâmica temporal que deve ser compreendida.

Toda a coletividade necessita de certos lugares arquetípicos, carregados de valores simbólicos; se a cidade não os oferece, os grupos sociais os criam. Todo o conglomerado humano necessita viver num ambiente configurado por limites, portas, pontes, caminhos e vazios. Bem como deseja lugares de relação como praças, mercados e

centros comerciais. Recintos mistos como salões de baile e discotecas. Sempre vão gerando novos espaços sagrados, símbolos do poder, como os museus e as entidades bancárias (MONTANER, 1997, p.138).

A citação de Montaner (1997) acerca da coletividade e da necessidade de fazer lugar ilustra o dinamismo da cidade entendida como o cenário da vida social. A partir desse entendimento é possível compreender os conceitos das permanências e rupturas e dos fatos urbanos como estruturadores da cidade conforme proposto por Rossi (1995).

Conforme a colocação de Benevolo (2012, p.9):

A cidade não existiu sempre, mas teve início num dado momento da evolução social, e pode acabar, ou ser radicalmente transformada, num outro momento. Não existe por uma necessidade natural, mas uma necessidade histórica que tem um início e que pode ter um fim.

Os fatos urbanos, entendidos como elementos de valor e significado para uma sociedade, são elementos estruturadores da cidade e pertencem à memória coletiva. Dos fatos urbanos se compreende o fenômeno das permanências e o das rupturas, sejam monumentos ou fragmentos do tecido urbano.

Com base no exposto, é de suma relevância considerar as questões relativas ao patrimônio cultural como responsáveis pela construção da cidade. O presente artigo apresenta uma interpretação dialógica dos fatos urbanos com o objetivo de ressaltar a relevância das dimensões social e histórica. Como ponto de partida metodológico é importante ressaltar a compreensão da cidade a partir de um sistema de relações, entendendo-a através de seu contexto em sua complexidade e atentando à relevância das interações entre partes, lugares, objetos construídos, culturas e técnicas.

Propõe-se, assim, compreender o tecido urbano como algo que abriga obras edificadas pertencentes à memória coletiva e que, isoladas ou não, por sua vez, fazem parte de um conjunto complexo que representa fatos urbanos, constituindo o patrimônio cultural de uma determinada cidade. Dessa maneira, a leitura da cidade deve considerar todos os aspectos postos em diálogo, como, por exemplo, as vozes de memória histórica, políticas públicas, interesses privados ou as do ativismo urbano.

Segundo Gregotti (1975, p.68), “a paisagem não tem somente a dimensão geográfica, mas também as dimensões histórica e social”. A interpretação da paisagem urbana a partir de todas as suas dimensões e a relevância, portanto, dos fatos urbanos considera as relações entre permanências e rupturas em sua evolução. Posto que significado e valor podem sofrer mudanças ao longo do tempo e que a sobreposição de tempos é fato, consequentemente é fato a ocorrência de mudanças no tecido urbano.

A leitura da cidade a partir dos elementos de permanência capazes de agregar valor à sociedade é contribuição ao entendimento da construção coletiva do patrimônio. O diálogo entre as permanências e o tecido urbano, em constante alteração, agrega complexidade à interpretação dos fatos urbanos. Uma leitura temporal da cidade, nesse sentido, deve considerar os valores de memória coletiva remanescentes. Esse espaço, como lugar construído, é entendido, portanto, como a resultante da interação entre todos os agentes atuantes dentro do contexto urbano, resultando em permanências e rupturas no tecido urbano.

O significado atribuído aos elementos construtores de memória, no exercício de leitura urbana, tem interpretações diferentes em função de seu contexto e de suas referências. A leitura de um conjunto tem significados distintos para a sociedade contemporânea que o teve em seu surgimento. O entendimento da estrutura do reconhecimento estabelecido por Aristóteles (1982), onde um indivíduo somente é passível de reconhecer aquilo que já conhece, ilustra o processo de significação e ressignificação.

Uma interpretação temporal da estrutura urbana revela o habitar como o motivo e o resultado da construção de lugar. Dessa maneira, entende-se o habitar como elemento essencial da construção e reconstrução da cidade. A interpretação do processo dialógico de configuração urbana, a partir da interação entre todos os agentes postos em diálogo no habitar, deve destacar a sua complexidade por sua diversidade de agentes postos em diálogo.

A HISTÓRIA DA CIDADE COMO LEGADO E MÉTODO

Santos (1986), em seu artigo “Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo”, convida à reflexão sobre as práticas em prol da preservação patrimonial e as vincula à evolução urbana. Traz, também, uma leitura contemporânea do patrimônio e a reflexão acerca de sua salvaguarda. O autor ressalta que “com o respeito devido às nossas Ouros Pretos e Paratis, prefiro ver as cidades fora do boião de formol, correndo os riscos que, mais cedo ou mais tarde, teremos de entender como nossos riscos. Conheço alguns casos onde se realizaram, sem estardalhaço, os melhores sonhos dos técnicos do Patrimônio Histórico” (SANTOS, 1986, p.62).

Instrumentos como o tombamento, o inventário patrimonial ou a determinação de áreas especiais de interesse cultural são alguns exemplos de iniciativas em prol da preservação patrimonial. O instrumento do tombamento merece caráter excepcional, uma vez que estabelece um suposto congelamento temporal de monumentos os quais, avalia-se, devem ser preservados para a eternidade. De acordo com Santos (1986), são colocados “no boião do formol”. Tanto o inventário quanto a determinação de áreas especiais de interesse cultural são instrumentos, não só de preservação, mas também de planejamento urbano. No intuito de se conservar valores de memória coletiva, o planejamento toma como premissa os valores de interesse cultural.

Para Jacobs (2011), os olhos da cidade são os olhos das pessoas da cidade. Seu discurso defende o protagonismo da vida urbana em sua escala do espaço público, a

conservação de valores de uso da cidade bem como a ocupação da mesma como forma de garantia de segurança pública. A preocupação com movimentos de substituição de sistemas existentes em prol de renovação é capaz de fazer com que lugares percam seu uso e expulsem a sua população original.

Pois, a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o design físico de ruas, praças, parques, largos, shoppings e prédios públicos. Se é certo que o adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo. Afinal, que qualidades norteiam a apropriação social do espaço público na cidade contemporânea? Como explicar a apropriação seletiva e diferenciada de espaços, que, em tese, seriam — ou deveriam ser — acessíveis a todos? (SERPA, 2007, p.16).

Serpa (2007) diferencia a acessibilidade física ao espaço público da acessibilidade social a partir de uma dimensão simbólica e não somente física, e ressalta, ainda, a importância da apropriação social do espaço público por todos na cidade contemporânea. Cada instrumento de preservação tem seus impactos na sociedade e na apropriação do espaço público. Esses impactos podem ser positivos ou negativos e, isoladamente, cada monumento ou conjunto deve ser entendido como um elemento em diálogo com todas as dimensões em seu contexto.

As dimensões social e histórica são essenciais no planejamento urbano e na avaliação de estratégias de preservação. É importante entender a cidade como elemento de união entre indivíduos e o espaço público como seu elemento estruturador ou cenário onde ocorrem inter-relações entre seus habitantes. Nesse sentido, a evolução urbana ocorre a partir da preservação de valores de memória e história e não ocorre somente a partir de valores da preservação do patrimônio material, uma vez que estão presentes valores do patrimônio imaterial, as pessoas do lugar e suas vozes na coletividade.

Estratégias como o reuso de edificações existentes ou a requalificação de áreas urbanas ou conjuntos são capazes de ressignificar e transformar. Assim, a instrumentalização das estratégias é essencial, pois a transformação é capaz de afetar valores, sejam eles sociais ou, inclusive, econômicos. Portanto, estratégias desse porte devem levar em consideração a transformação urbana em todas as suas dimensões, almejando salvaguardar valores sociais presentes na história da cidade. Os riscos de gentrificação, de transformação total das dimensões social e histórica ou de transformação de lugares em não lugares — resultantes da substituição de usos —, são riscos inerentes a essas estratégias e devem ser criteriosamente considerados visando preservar o patrimônio cultural em seu sentido mais amplo.

A expressão “síndrome de Brasília”, proposta por Gehl (2013) ao referir-se a cidades enfermas elaboradas para o automóvel e sem a valorização das pessoas que as habitam, ilustra a herança da era industrial, um *modus vivendi* presente até hoje nas cidades que habitamos. A Carta de Atenas de 1933, elaborada pelo IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), foi diretriz para o urbanismo moderno e propunha o entendimento da cidade como um organismo funcional a partir de quatro funções básicas: a habitação, o trabalho, a circulação e o lazer. A carta considerou pouco do tecido construído e mencionou a valorização do patrimônio edificado a partir da manutenção de monumentos. Dessa maneira, a leitura de conjunto, a paisagem e as características capazes de atribuir significado às cidades não foram consideradas pelo documento, expressão dos arquitetos modernos.

Na ocasião do I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, elaborou-se a Carta de Atenas de 1931 do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (Icomos). Esta recomenda a manutenção de uso dos monumentos de forma a assegurar a sua continuidade de vida, além de recomendar o respeito em implantações vizinhas a monumentos. A Carta de Veneza de 1964, elaborada pelo mesmo Conselho na ocasião do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, apresenta pela primeira vez a noção de Sítio Histórico.

A partir das recomendações das cartas supracitadas, é possível perceber a dualidade entre a herança da cidade funcionalista e o reconhecimento dos valores dos fatos urbanos como seus construtores. A leitura proposta pelo presente artigo é a da cidade contemporânea vista a partir da busca da valorização das dimensões histórica, social e geográfica.

Por meio de suas disponibilidades de armazenamento (prédios, porões, arquivos, monumentos, tabuinhas, livros), a cidade tornou-se capaz de transmitir de geração a geração uma cultura complexa, pois pôde reunir não só os meios físicos, mas também os agentes humanos necessários para transmitir e aumentar essa herança. Esse continua o maior dos dons da cidade (MUMFORD, 2001, p.614).

Conforme coloca Mumford (2001), a cidade tem a capacidade de transmitir a cultura através do tempo. A cultura, em sua complexidade, seja ela expressa por vestimentas, modos de habitar ou pela linguagem, tem abrangência de âmbito local e se traduz a partir de gestos capazes de identificar grupos sociais. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), “O Patrimônio Cultural Intangível ou Imaterial compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2015, p.1).

Meneses (2009) ressalta o caráter indissociado entre patrimônio material e imaterial, uma vez que o último está vinculado e o primeiro é passível de significado. A complexidade do entendimento da cultura e do Patrimônio Cultural, em suas relações entre o material e o imaterial, extravasa o físico e tem uma relação territorial e temporal. A territorialidade da cultura pode ter diferentes âmbitos, pois pode ter escala local ou global. Em um mundo contemporâneo, a questão territorial da cultura é colocada à prova e diferentes organizações da coletividade apontam que o território virtual também deve ser considerado como meio de acontecimentos de atos culturais. Em uma complexidade contemporânea, ainda remanesce a importância de preservar a identidade no cenário urbano a partir da manutenção do mesmo, com o intuito de manter a identidade de sua cultura, sua memória e sua história.

Castriota (2007) atenta para o entendimento contemporâneo de patrimônio ambiental urbano, contemplando as dimensões histórica e cultural em suas complexidades.

É nesse sentido que nos parece fundamental o conceito contemporâneo de patrimônio ambiental urbano, matriz a partir da qual podemos pensar hoje a preservação do patrimônio, sem cair nas limitações da visão tradicional. Pensar na cidade como um “patrimônio ambiental” é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em SANTIN, Janaína Rigo; MARANGON, Elizete Gonçalves. O estatuto da cidade e os eu conjunto, valorizando não apenas monumentos “excepcionais”, mas o próprio processo vital que informa a cidade (CASTRIOTA, 2007, p.17).

No contexto contemporâneo brasileiro, o Estatuto da Cidade, bem como a Constituição Federal, frisam a função social da propriedade. O primeiro — Lei Federal nº 10.257 de 2001 —, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal relativos à política urbana e estabelece a função social da cidade e da propriedade urbana. Nesse sentido, a partir da função social do território, a cidade assume interesse público e busca o bem-estar coletivo e a justiça social. É nesse âmbito que também podem ser compreendidas as políticas de patrimônio, uma vez que o patrimônio cultural é tema de interesse público e pertence à coletividade.

A partir da função social da propriedade, o equilíbrio entre gestão democrática e direitos do cidadão são os desafios do Estatuto da Cidade, conforme Santin e Marangon (2008, p.104):

E assim sendo, necessário se faz que os agentes políticos busquem a gestão democrática, compreendendo o direito do cidadão em participar nas decisões acerca do ambiente urbano, bem como seu direito à história e à cultura. Somente com o processo co-gestionado de formulação das tutelas jurídico-políticas municipais é que será pos-

sível uma discussão honesta e responsável sobre o processo de urbanização. Apontado o Estatuto da Cidade num momento marcado pela preocupação com o ambiente urbano, torna-se, mais do que nunca, oportuna a sua aplicação não só nos municípios em que a lei o faz obrigatório, mas em todas as cidades, visto que o cumprimento da função social da propriedade previsto no artigo 5º da Magna Carta, bem como artigos 182 e 183 da Constituição destinam-se a todos municípios brasileiros, sem exceção.

Ações contemporâneas, como a atribuição de novos usos a monumentos históricos, a preservação não somente de monumentos isolados, mas de conjuntos edificados entendidos como fatos urbanos e a presença do ativismo em prol da preservação, buscam a garantia de permanências urbanas. A participação da sociedade civil nos processos decisórios é de suma relevância, posto que a memória coletiva expressa a voz do conjunto.

A cidade contemporânea é palco de diálogo e reivindicação. São recorrentes exemplos de ativismo, como as manifestações pelos projetos do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, do Cais Mauá, em Porto Alegre, e do Projeto Novo Recife no Cais José Estelita, em Recife. Todos os exemplos citados surgiram a partir de estratégias referentes a um modelo de gestão neoliberal — que marca um desequilíbrio de valores entre gestão pública, iniciativa privada e sociedade —, além disso, foram motivo de descontentamento e manifestações por parcela representativa da sociedade civil. Harvey (2014) empregou a frase “eu falo do direto à cidade, vocês o exercem” em pronunciamento no movimento *Ocupe Cais José Estelita*, em Recife, dirigindo-se aos manifestantes que defendiam a preservação das características históricas e culturais do cais da cidade de forma a incentivar o ativismo urbano em defesa do patrimônio.

São vitais para a conservação do Patrimônio Cultural e da memória urbana o entendimento de coletividade e o consequente estabelecimento de parâmetros legais para que seja regulado o uso da propriedade. É importante, a partir de instrumentos reguladores, a consideração de que as pessoas do lugar são parte dele e, portanto, suas vozes e depoimentos são o que o constroem. A arquitetura e o urbanismo devem ser vistos a partir do ponto de vista humano, o parâmetro fundamental para o projeto de arquitetura e urbanismo e para o planejamento urbano.

CONCLUSÃO

O presente artigo, longe da intenção de apresentar um panorama completo das ações em prol da preservação patrimonial, traz uma aproximação teórica ao patrimônio cultural edificado, interpreta a cidade partindo dos fatos urbanos, ressalta a importância das dimensões histórica e social como construtores da cidade e reflete acerca das iniciativas contemporâneas em prol da preservação patrimonial. A preservação da memória a partir do patrimônio edificado tem sido comprovada como relevante, além de ser motivo de frequentes discussões na cidade contemporânea.

É possível detectar, além da preservação da memória e da cultura a partir do patrimônio edificado, estratégias contemporâneas de preservação. Identifica-se, na cidade contemporânea e nas iniciativas em prol da preservação, diferentes abordagens acerca do patrimônio. Apresenta-se, dentre algumas dessas iniciativas, a conversão de uso de edificações com valor patrimonial, a valorização do conjunto baseando-se em itinerários culturais e debates e manifestações da sociedade civil. Estas, em conjunto, atestam a latente valorização do patrimônio cultural edificado para a sociedade contemporânea.

A cidade, entendida como uma sobreposição de tempos, carrega valores de sua evolução. Partindo de permanências e rupturas, novos modos de viver vão substituindo modos ultrapassados e deixam espaço somente para aquilo que, de forma coletiva, se julga importante salvaguardar. A cultura do lugar apresenta-se, assim, baseada na valorização de determinado contexto como elemento de expressão e adaptabilidade de um cenário global. São a valorização do capital humano e as especificidades de cada lugar que tornam cada cidade única, suscetível de memória.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. Poética. In: *Obras*. Madrid: Aguilar S.A. de ediciones, 1982.
- BENEVOLO, L. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CARTE DE ATENAS. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2015.
- CARTE DE ATENAS. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2015.
- CARTE DE VENEZA. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2015.
- CASTRIOTA, L.B. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. In: *FORUM Patrimônio: ambiente construtivo e patrimônio sustentável*, v.1, n.1, p.9-31, 2007.
- COSTA, L. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- GEHL, J. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GREGOTTI, V. *Território da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1975. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- HARVEY, D. *Pronunciamento no Ocupe Estelita de David Harvey*. Recife: Ocupe Estelita, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DxW-lnT8XHk>>. Acesso em: 24 ago. 2015.
- HEIDEGGER, M. *Conferencias y artículos: construir, habitar, pensar*. Barcelona: Serbal, 1994. Cap.6, p.139-142.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- MENESES, U.B. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: *FORUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL*, 1., 2009, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009. p.127-137.

MONTANER, J.M. *La modernidad superada: arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1997.

MUMFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTIN, J.R.; MARANGON, E.G. O estatuto da cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir. *História*, v.27, n.2, p.89-109, 2008.

SANTOS, C.N.F. Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo. *Revista Projeto*, n.86, p.59-83, 1986.

SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Patrimônio Cultural Imaterial*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

Recebido em
27/8/2015,
reapresentado
em 25/4/2016
e aprovado em
25/5/2016.

ROBERTA KRAHE EDELWEISS | Universidade do Vale do Rio dos Sinos | Escola Politécnica | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil | E-mail: <robertaedelweiss@gmail.com>.